

ASPECTOS GERAIS

= benefício previdenciário (previsão constitucional) para o caso de desemprego **involuntário**.

- a adesão do empregado a PDV não dá direito ao benefício (não é demissão involuntária!)
- **contribuição adicional**: empresa cujo índice de **rotatividade** da força de trabalho superar o índice médio do setor

FINALIDADES

1. **assistência financeira** temporária (ao dispensado sem justa causa, inclusive a rescisão indireta, e ao trabalhador resgatado de trabalho forçado ou análogo à escravidão)
2. auxílio na **busca/preservação do emprego**: ações de orientação, recolocação e qualificação profissional

VALOR DA PRESTAÇÃO (2023)

- não pode ser inferior ao salário mínimo
- o salário é calculado com **base no mês completo** (mesmo que o trabalhador não tenha trabalhado integralmente em nenhum dos 3 meses anteriores à dispensa)

MÉDIA DOS ÚLTIMOS 3 SALÁRIOS	VALOR DA PARCELA DO BENEFÍCIO
até R\$1.968,36	= média salarial x 0,8 (80%)
entre R\$1.968,36 e R\$3.280,93	= média salarial x 0,8 até o limite anterior + média salarial excedente x 0,5
mais de R\$3.280,93	= R\$2.230,97

→ reajuste das faixas conforme o INPC acumulado nos 12 meses

CONDIÇÕES PARA CONCESSÃO



- ser dispensado por justa causa + **comprovar**:
- 1. ter recebido salários de PJ ou PF equiparada relativo a:
 - a. **≥ 12 meses**, nos últimos 18 meses anteriores à dispensa (quando da primeira solicitação)
 - b. **≥ 9 meses**, nos últimos 12 meses anteriores à dispensa (quando da segunda solicitação)
 - c. cada um dos **6 meses** anteriores à dispensa (quando das demais)
- 2. **não** estar gozando nenhum **benefício previdenciário de prestação continuada** (exceto auxílio-acidente e pensão por morte) ou o **auxílio-desemprego**
- 3. **não** ter renda própria suficiente à manutenção da família
- 4. **matrícula e frequência** (se aplicável) em **curso de formação** inicial e continuada ou **qualificação profissional** ou de vagas gratuitas na rede de educação profissional e tecnológica (o Poder Executivo regulamentará os critérios e requisitos)

BENEFICIÁRIOS

1. **trabalhador urbano e rural** (dispensado sem justa causa, inclusive rescisão indireta)
2. **trabalhador resgatado** (trabalho forçado ou análogo à escravidão) (após resgate em ação fiscal)
3. **empregado doméstico** (dispensado sem justa causa)
4. **pescador profissional artesanal** (no período de defeso)

seguro-
desemprego
SEGURO-DESEMPREGO

seguro-desemprego



DURAÇÃO



- varia de **3 a 5 parcelas** (dependendo do tempo de serviço do empregado nos 36 meses anteriores à dispensa)

SOLICITAÇÃO	DURAÇÃO DO VÍNCULO	Nº PARCELAS A RECEBER
1ª solicitação	12 a 23 meses	4 parcelas
	≥ 24 meses	5 parcelas
2ª solicitação	9 a 11 meses	3 parcelas
	12 a 23 meses	4 parcelas
	≥ 24 meses	5 parcelas
demais	6 a 11 meses	3 parcelas
	12 a 23 meses	4 parcelas
	≥ 24 meses	5 parcelas

- se **≥ 15 dias de trabalho**: considerado o mês integral
- **período aquisitivo** = 16 meses
- o número de parcelas pode ser **umentada em até 2** para grupos específicos de segurados (a critério do Codefat)

REQUERIMENTO

- o empregador fornece ao empregado o **Requerimento do Seguro-Desemprego (RSD)** e a **Comunicação de Dispensa (CD)** preenchidos
 ↪ seu não fornecimento obriga o empregador a indenizar o empregado (Súmula 389, TST)
- o empregado deve dar **entrada no requerimento** entre o **7º e o 120º** dia subsequente à sua dispensa
- **pagamento:**
 - **1ª parcela**: correspondente aos 30 dias de desemprego (liberada 30 dias após o requerimento)
 - **demais parcelas**: para cada mês, por fração **≥ 15** dias de desemprego (liberadas 30 dias após a parcela anterior)

SUSPENSÃO x CANCELAMENTO



SUSPENSÃO	CANCELAMENTO
<ol style="list-style-type: none"> 1. admissão em novo emprego 2. início do recebimento de benefício de prestação continuada da Previdência (salvo auxílio-acidente e pensão por morte) 	<ol style="list-style-type: none"> 1. recusa do trabalhador de outro emprego (condizente com sua qualificação e remuneração anterior) 2. falsidade nas informações prestadas na habilitação 3. fraude para percepção indevida do benefício 4. morte do segurado

o direito ao seguro-desemprego será suspenso por **2 anos** (ressalvado o prazo de carência) e por **4 anos** no caso de reincidência

seguro-desemprego

CASOS ESPECIAIS

TRABALHADOR RESGATADO

- receberá o valor fixo de **um salário mínimo** por parcela por um período **máximo de 3 meses**

DOMÉSTICO

- receberá o valor fixo de **um salário mínimo** por parcela por um período **máximo de 3 meses**, de forma **contínua ou alternada**

PESCADOR ARTESANAL

- receberá o valor fixo de **um salário mínimo** durante o período **de defeso** da atividade pesqueira para preservação da espécie
- requisitos:**
 - exerça a **atividade ininterruptamente**
 - de forma **artesanal**
 - individualmente** ou em **economia familiar**


INTRANSFERIBILIDADE

- o S.D. é direito pessoal e intransferível
- pago diretamente ao beneficiário, exceto em caso de sua:
 - morte
 - ausência
 - moléstia contagiosa
 - prisão

BOLSA QUALIFICAÇÃO

- o contrato de trabalho pode ser suspenso por **2 a 5 meses** para participação do empregado em curso ou programa de qualificação profissional **oferecido pelo empregador** com duração equivalente à suspensão
- exige **previsão em convenção ou acordo coletivo** de trabalho
- a bolsa será custeada pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT)
- o empregador deve informar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego + enviar os documentos necessários

SUSPENSÃO x CANCELAMENTO

SUSPENSÃO	CANCELAMENTO
<ol style="list-style-type: none"> rescisão do contrato de trabalho  PEGADINHA! início do recebimento de benefício de prestação continuada (salvo auxílio-acidente e pensão por morte) comprovada ausência do empregado nos cursos (frequência mínima de 75%) 	<ol style="list-style-type: none"> fim da suspensão (retorno ao trabalho) falsidade nas informações necessárias à habilitação fraude na percepção da bolsa morte do beneficiário